

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”
LES0135 - ECOLOGIAS DO ARTIFICIAL E DO SIMBÓLICO

TECNOCRACIA
Ciência, Tecnologia e Indústria

DISCENTE: Dayana Rodrigues da Silva
PROF. RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Antonio Ribeiro de Almeida Junior

Piracicaba
2020

1. DEFINIÇÃO DE TECNOCRACIA

A tecnocracia é entendida como uma filosofia política e social fundamentada na supremacia dos técnicos e do conhecimento científico. Segundo Martins (1974, p. 103), “o princípio primordial da filosofia política tecnocrática consiste na tese de que só é justo o poder exercido em nome do saber”, de modo que o saber seja o único princípio válido de legitimação da autoridade. Assim, é possível identificar a tecnocracia como uma espécie de governo da racionalidade voltada para a produção (DE LELLO, 2010), sendo os tecnocratas figuras essenciais para garantir a eficiência e o progresso de uma sociedade por meio de seus conhecimentos científicos e técnicos dos processos industriais (FISICHELLA, 1994).

No entanto, o conceito de tecnocracia é considerado um dos mais vagos e ambíguos dentro do campo das ciências sociais, pois abrange uma pluralidade de fenômenos e possui diversos problemas de delimitação histórica, estrutural e funcional. A começar pela histórica, o termo “tecnocracia” adentrou a linguagem científica no início dos anos 1930, como uma forma de designar o poder ou influência dos socioprofissionais - tais como químicos, físicos, engenheiros, economistas, diretores de produção, entre outros - perante o processo de desenvolvimento da sociedade em um mundo pós revolução industrial. Entretanto, são conhecidos pensadores políticos de anos anteriores à revolução cujos princípios teóricos são interpretados como prefigurações de uma civilização tecnocrática, mesmo que o conceito ainda não fosse utilizado nessa época. Assim, a amplitude histórica do fenômeno tecnocrático torna-se um elemento de ambiguidade na conceituação da tecnocracia (FISICHELLA, 1994).

Em relação a delimitação estrutural e funcional, surgem ambiguidades no que diz respeito à essência do poder dos tecnocratas, bem como o seu enquadramento social. Alguns entendem os tecnocratas como uma categoria profissional, enquanto outros os entendem como um grupo ou classe social. Dependendo da perspectiva sob a qual são vistos, modifica-se também a natureza de seu poder que varia desde a mera capacidade de influenciar decisões de órgãos públicos por meio de um papel de consultoria técnica até à substituição dos políticos por esses “peritos” que passam a realizar a administração pública e tomada de decisões baseadas em métodos científicos (FISICHELLA, 1994; CENTENO; WOLFSON, 1997). Ainda se tratando dos tecnocratas, surgem ambiguidades também a respeito do estabelecimento preciso das diferenças entre um técnico e um tecnocrata - que não devem ser entendidos como iguais -, bem como sob que circunstâncias um pode se transformar no outro (MARTINS, 1970; FISICHELLA, 1994).

Assim, torna-se evidente a dificuldade na delimitação do conceito de tecnocracia, sendo o mesmo ainda fonte de importantes debates nas ciências sociais. O que é claro, no

entanto, para toda a comunidade científica é que, independentemente das delimitações, a tecnocracia tem como base a ciência, a tecnologia e a indústria, configurando um problema sociológico contemporâneo.

2. HISTÓRICO E PRINCIPAIS AUTORES

Para entender melhor o conceito de tecnocracia e as ambiguidades que existem em seu entorno, é necessário conhecer a história do termo e os principais autores que, de certa forma, pensaram e escreveram sobre a filosofia tecnocrática, ainda que não recebesse esse nome na época. Isso, no entanto, será feito de forma breve, uma vez que o histórico do conceito é extremamente amplo e o pensamento dos autores proporciona debates complexos.

As primeiras visões utópicas de uma sociedade tecnocrática partem do ano de 380 a.C. com Platão, que escreveu sobre uma sociedade ideal governada por detentores do conhecimento filosófico. Assim, para esse autor, o conhecimento requerido aos governantes era a filosofia (DE LELLO, 2010).

[...] Os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, ponham-se a filosofar verdadeiramente (PLATÃO, *Carta VII*).

Sob esta mesma perspectiva, porém adaptada para um contexto Iluminista, o filósofo e economista francês Conde de Saint-Simon no século XVIII propôs uma sociedade gerida pela ciência, valorizando os cientistas, engenheiros e empreendedores que, segundo ele, seriam os produtores reais de riqueza. A Revolução Industrial que ocorria na época modificou o modo de vida e a configuração da sociedade, substituindo o clero e a nobreza pela burguesia e a indústria. Essa substituição foi entendida pelo autor como o surgimento de uma sociedade historicamente inédita, voltada para o novo espírito científico e tecnológico. Portanto, para Saint-Simon, a garantia de harmonia na sociedade seria dada pelo método científico e a aplicação da racionalidade instrumental por parte dos cientistas e industriais (CENTENO; WOLFSON, 1997; DE LELLO, 2010).

[...] No momento em que todos os nossos conhecimentos particulares eram conjecturais ou metafísicos, foi natural que a direção da sociedade, no que se refere aos assuntos espirituais, estivesse em mãos de um poder teológico, porque os teólogos eram, então, os únicos metafísicos gerais. Em contrapartida, quando todos os nossos conhecimentos estão fundados em observações, a direção dos assuntos espirituais deve ser confiada à capacidade científica positiva (SAINT-SIMON, citado por Martins, 1975, p. 48).

Anos depois, no início do século XX, havia um otimismo geral de que o progresso industrial e o avanço da ciência e da tecnologia levariam a um mundo sem pobreza e com menos injustiças e conflitos sociais. Sob este contexto, está Thorstein Veblen, um economista

norte-americano que não só partilhava desse otimismo como acreditava que os engenheiros, especialistas, técnicos e cientistas teriam maior potencial para assumir a economia e tornar a sociedade mais justa e produtiva. Se para Saint-Simon a burguesia e os industriais eram peças essenciais do sistema, para Veblen essas peças eram os membros da elite tecnocientífica devido à complexidade da moderna indústria mecanizada (DE LELLO, 2010).

Com crenças semelhantes as de Veblen, o engenheiro norte-americano Howard Scott, no ano de 1919, recruta um grupo de cientistas e engenheiros para formar uma organização de pesquisa denominada “Aliança Técnica”. Essa organização realizava diversos estudos econômicos na América do Norte, os quais só se tornaram notórios com a Grande Depressão Econômica de 1929. Durante esta crise, as pessoas passaram a culpabilizar os políticos pela má administração e o consequente desequilíbrio da economia. Scott e a Aliança Técnica, então, viram a oportunidade e começaram a promover propagandas de suas teses como soluções para a Grande Depressão, propondo governos com bases na ciência e engenharia, excluindo os políticos. De acordo com a organização, que realizou projeções matemáticas para fundamentar seus argumentos, se a crise continuasse da forma como estava, a taxa de desemprego aumentaria ainda mais, perpetuando a depressão econômica e tornando a recuperação ainda mais complicada. No entanto, para a Aliança, o pleno emprego era possível e bastariam apenas 4 horas de trabalho durante 4 dias na semana para que o trabalhador pudesse receber um salário ainda superior ao vigente. Em tempos de crise e de desemprego, esse cenário era animador para a população. Além disso, por meio desta proposta de governo, não haveria eleições e parlamento, uma vez que as questões técnicas de governança seriam discutidas e decididas por especialistas. Perante a um quadro de descrença nos políticos por parte dos cidadãos, esse fator também foi visto como positivo em um primeiro momento. Atrelado a essas questões, a proposta de Scott e da Aliança apresenta outras inovações científicas e tecnológicas, tais como a troca do dinheiro por uma moeda lastreada em energia que, segundo eles, era um fator limitante na expansão industrial e na produção, além de diversas outras idealizações. Essa proposta de governo, amplamente noticiada pelos jornais no início dos anos 1930, passou a ser chamada de tecnocracia e, por algum tempo, se tornou bastante popular entre os norte-americanos (DE LELLO, 2010).

Para Howard Scott, a tecnocracia não é uma forma de governo, mas um método de controle da tecnologia. Ao invés de criar leis para disciplinar os homens, o sistema tecnocrático trataria de criar condições materiais de abundância, que, em teoria, inibiriam a maior parte dos comportamentos socialmente indesejados. Sustenta-se ainda que os indivíduos teriam, no mínimo, a mesma liberdade de que desfrutam na atual sociedade democrática, pois os controles da tecnocracia não têm interesse em interferir na vida pessoal de cada um e sim proporcionar o melhor padrão de vida a todos. [...] A tecnocracia teria suas raízes fundadas na ciência moderna, sendo,

segundo seus membros, mais uma tecnologia do que propriamente uma idéia política (DE LELLO, 2010, p. 80).

Em janeiro de 1933 torna-se patente que a pequena chama acesa por Veblen e alimentada por Scott durante mais de uma década converteu-se em gigantesca labareda. Se a grande imprensa pode ser considerada um termômetro confiável, um dos dados disponíveis indica com precisão que enfim a Tecnocracia atingira o nível das altas temperaturas: somente o New York Times, apenas no mês de janeiro de 1933, publicou nada menos do que sessenta artigos sobre a Tecnocracia (Martins, 1975, p. 146-147).

Mesmo com as vantagens que a tecnocracia de Howard Scott se propunha trazer, a sua implementação não foi concretizada. Em parte, isso ocorreu porque Scott e a Aliança falharam em promover arranjos viáveis para a concretização da tecnocracia como um governo. Além disso, a sua implementação possuía um aspecto revolucionário perante ao que já era conhecido de instituições privadas e sistema democrático nos EUA. Sendo assim, a elite se opôs e criticou a ideia da tecnocracia, que logo passou a ser criticada também pela população em geral. Adicionalmente, em 1933 começou a ser implementado o plano *New Deal* de recuperação econômica, proposto por Franklin Roosevelt, que recuperou a confiança da população nas instituições e no governo e ajudou a enfraquecer a tecnocracia, caracterizando-a como uma proposta radical e não alinhada ao liberalismo americano. Com a Segunda Guerra Mundial, a economia estadunidense voltou a prosperar e cessou por completo a ideia de uma política tecnocrática (DE LELLO, 2010).

Ainda que com o fracasso do movimento tecnocrata nos EUA, algumas linhas de pensamento com ideais tecnocráticos continuam surgindo principalmente em estados industrializados. Alguns tecnocratas, inclusive, alcançaram o comando de seus países, sendo dois exemplos notórios a Itália e a Grécia em 2011. No entanto, a implementação de um governo tecnocrático ainda é tema de diversos debates, principalmente no que diz respeito a seu contraste com a democracia e seus impactos a longo prazo para a sociedade.

3. A TECNOCRACIA E O SÉCULO XXI

O início da era contemporânea é marcado pelas revoluções sociais e industriais que possibilitaram o desenvolvimento acelerado das tecnologias de produção e dos saberes científicos. Os seres humanos alcançaram um grande poder e controle sobre a natureza, o que resultou em uma modificação e progresso antes nunca vistos nas sociedades. A tecnologia passou a ser entendida como a solução para combater injustiças e conflitos sociais. No entanto, com o desenvolvimento científico e tecnológico, vieram também as maiores guerras já relatadas na história da humanidade, além de outras tragédias, genocídios e devastações.

Sob esta perspectiva, propõe-se refletir sobre as seguintes questões: seria possível uma gestão governamental puramente tecnocrática cumprir com os objetivos de alcançar uma sociedade mais harmoniosa e próspera tal como os principais pensadores da tecnocracia a imaginavam? Quais medidas teriam de ser tomadas para se estabelecer um regime tecnocrático no século XXI? Seria ele efetivo? É de grande importância exercer essas reflexões, uma vez que elas podem alterar totalmente o cenário político e influenciar diretamente na vida da população. Portanto, é com a proposta dessas análises que se encerra este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CENTENO, M. A.; WOLFSON, L. Redefiniendo la tecnocracia. **Desarrollo Económico**, v. 37, n. 146, p. 215-240, 1997.

DE LELLO, R. C. **Reflexões sobre o conceito de tecnocracia em Platão, Saint-Simon e Veblen**. 2010. 103 p. Monografia (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FISICHELLA, D. Tecnocracia. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.) **Dicionário de política**. 6 ed. Brasília: UNB, 1994. 1358 p.

MARTINS, C. E. **A Tecnocracia na História**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARTINS, C. E. **Tecnocracia e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

MARTINS, C. E. Tecnocracia ou Tecnoassessoria?. **RAE**, v. 10, n. 3, p. 39-66, 1970.

PLATÓN. **Diálogos Vol. VII** - Dudosos, Apócrifos, Cartas. Madrid: Gredos, 2002. 576 p.